





**Relatório Executivo do Projeto
Observatório das Dimensões da Competência em Informação nos
Portais da Transparência dos Municípios da Região Imediata de
Montes Claros (MG)**

Análise do Portal da Transparência do Município de Josenópolis

Montes Claros (MG)

2025

Apresentação

O presente relatório consolida os resultados do projeto de implantação do Observatório da Competência em Informação, que realizou um diagnóstico abrangente dos portais da transparência dos municípios da região imediata de Montes Claros. O objetivo central foi mapear as informações disponibilizadas, identificar lacunas e propor melhorias concretas para o aprimoramento da transparência ativa na gestão municipal.

O estudo, que abrangeu 32 municípios, revelou um cenário com pontos consolidados e outros que demandam atenção prioritária. Identificou-se uma padronização positiva na divulgação de informações fundamentais da execução orçamentária e financeira, como receitas, despesas, licitações e contratos, demonstrando conformidade com as exigências legais basilares e fortalecendo a prestação de contas à sociedade. Contudo, constataram-se deficiências críticas em áreas estratégicas para o planejamento e o controle dos resultados da administração. A divulgação de informações sobre andamento de obras, prestação de contas detalhadas e instrumentos de planejamento, como o Plano Plurianual, mostrou-se insuficiente ou de difícil acesso. A indisponibilidade integral de alguns contratos e seus termos aditivos representa uma fragilidade significativa na gestão documental e na transparência dos gastos públicos.

A metodologia de análise foi estruturada em grupos temáticos: Receitas, Despesas, Convênios e Transferências, Recursos Humanos, Diárias, Licitações, Contratos, Obras, Prestação de Contas, Planejamento e Acessibilidade. Para cada grupo, foram definidos critérios específicos de avaliação, permitindo uma verificação objetiva da disponibilidade e da completude das informações no portal de transparência. O grupo Receitas analisou a divulgação da previsão e realização das receitas, a classificação orçamentária detalhada e a lista de inscritos em dívida ativa. O grupo Despesas verificou se os gastos estavam discriminados por categoria orçamentária, identificando beneficiários, bens ou serviços adquiridos e os procedimentos licitatórios correspondentes. O grupo Recursos Humanos avaliou a divulgação de servidores, remunerações, estagiários, terceirizados e concursos públicos.

Grupos como Licitações, Contratos e Obras tiveram como foco a disponibilização de documentos integrais, detalhamento de valores, prazos, aditivos e status das atividades. Nos grupos de Prestação de Contas e Planejamento, verificou-se a presença e a atualidade dos respectivos documentos oficiais, incluindo balanços, relatórios de gestão e leis orçamentárias. O grupo Acessibilidade analisou a presença de elementos de navegação acessíveis, como símbolos de acessibilidade, opções de alto contraste, redimensionamento de texto e mapa do site. Essa estrutura permitiu uma análise quantitativa e qualitativa, fornecendo uma visão clara sobre os pontos fortes e as lacunas na disponibilização de informações no portal.

Em conclusão, os resultados evidenciam que a simples disponibilização de dados não esgota o dever de transparência. É imperioso garantir que as informações sejam acessíveis, inteligíveis e estejam integradas em um contexto que permita seu efetivo uso para o controle social e para a melhoria da gestão. Neste sentido, o Observatório www.observamg.com.br se configura como uma ferramenta estratégica de apoio à administração pública, permitindo não apenas o monitoramento do nível de transparência, mas também a identificação de boas práticas e de áreas que requerem intervenção. A iniciativa reforça a necessidade de uma abordagem integrada, alinhando os conhecimentos da Gestão Pública, da Ciência da Informação e da Tecnologia da Informação, para desenvolver portais que cumpram plenamente seu papel como instrumentos de democracia, eficiência e boa governança.

Coordenação do Projeto ObservaMG.

Análise do Portal da Transparência do Município de Josenópolis

1. Sumário

O presente relatório apresenta os resultados da análise do Portal da Transparência do Município de Josenópolis, considerando 45 critérios de avaliação distribuídos em onze grupos temáticos: Receita, Despesa, Convênios e Transferências, Recursos Humanos, Diárias, Licitações, Contratos, Obras, Prestação de Contas, Planejamento e Acessibilidade.

A verificação foi realizada com base nas determinações da Lei Complementar nº 131/2009, da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) e da Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações), além de observar parâmetros de boas práticas de transparência pública ativa.

2. Resultados da Avaliação

A análise identificou o atendimento de 18 critérios e o não atendimento de 27 critérios, o que corresponde a 40% de conformidade e 60% de não conformidade. Esses resultados evidenciam que o portal disponibiliza parte das informações exigidas, especialmente nas áreas de despesas, recursos humanos e acessibilidade, mas ainda apresenta lacunas significativas em licitações, contratos, planejamento e prestação de contas.

No grupo **Receita**, dois dos três critérios foram atendidos, indicando a divulgação da previsão e realização das receitas e a classificação orçamentária por natureza da receita, mas sem a publicação da lista de inscritos em dívida ativa.

Em **Despesa**, ambos os critérios foram atendidos, mostrando adequada transparência nas informações sobre empenhos, pagamentos e beneficiários.

No grupo **Convênios e Transferências**, apenas um dos três critérios foi cumprido, com ausência de dados sobre transferências realizadas e acordos sem envolvimento financeiro.

Em **Recursos Humanos**, três dos cinco critérios foram atendidos, contemplando

informações sobre servidores, remuneração e terceirizados, embora ainda faltem dados sobre estagiários e editais de concursos.

Quanto às **Diárias**, apenas um dos dois critérios foi atendido, com divulgação dos beneficiários, mas sem a tabela de valores.

O grupo **Licitações** apresentou baixo desempenho, com apenas um dos sete critérios atendidos, demonstrando a necessidade de maior transparência quanto aos editais, atas, documentos de dispensa e relação de licitantes sancionados.

Nos **Contratos**, apenas um dos quatro critérios foi atendido, com ausência da íntegra dos documentos, da lista de fiscais e da ordem cronológica de pagamentos.

O grupo **Obras** apresentou desempenho satisfatório, com três dos quatro critérios atendidos, divulgando dados relevantes sobre execução, preços e obras paralisadas.

Já em **Prestação de Contas**, nenhum dos seis critérios foi atendido, evidenciando a falta de publicação da prestação anual, dos relatórios fiscais e dos julgamentos das contas.

O grupo **Planejamento** também apresentou fragilidades, com ausência da divulgação do PPA, LDO e LOA, bem como dos objetivos estratégicos e indicadores.

Por fim, em **Acessibilidade**, quatro dos cinco critérios foram atendidos, indicando boa estrutura de navegação e recursos de contraste e redimensionamento de texto, restando apenas o símbolo de acessibilidade a ser incluído.

De modo geral, o portal apresenta avanços pontuais, mas carece de completude e atualização para garantir o pleno cumprimento das normas de transparência pública.

3. Considerações e Recomendações

O Portal da Transparência de Josenópolis demonstra avanços em alguns aspectos, especialmente na divulgação das despesas e na disponibilização de informações sobre servidores e acessibilidade, o que contribui para a transparência administrativa. No entanto, o número de critérios não atendidos evidencia a necessidade de ações estruturadas para aperfeiçoar a divulgação das informações públicas.

Recomenda-se que o município concentre esforços em áreas mais sensíveis e deficitárias, especialmente nos grupos Licitações, Contratos, Prestação de Contas e Planejamento. É importante que todos os editais, atas, termos aditivos e documentos complementares sejam publicados integralmente, garantindo rastreabilidade dos processos. Também é necessário assegurar a ampla divulgação das prestações de contas anuais, relatórios de gestão, julgamentos das contas e relatórios fiscais obrigatórios (RGF e RREO).

Na área de planejamento, é essencial publicar a íntegra do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA), além de metas e indicadores que permitam o acompanhamento das políticas públicas. Recomenda-se ainda aprimorar a transparência em Convênios e Transferências, informando valores recebidos e repassados, objetos e datas dos acordos firmados.

Por fim, sugere-se a inclusão do símbolo de acessibilidade em local de destaque e a manutenção da atualização constante das informações, a fim de fortalecer a confiança pública e garantir o cumprimento integral das legislações vigentes.

Conheça o Observatório do projeto:

www.observamg.com.br